PROJETO DE LEI Nº _____ / 2017, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

**ESTABELECE NORMAS E CRITÉRIOS PARA
PROMOÇÃO DA ACESSIBILIDADE ÀS
AGÊNCIAS BANCÁRIAS E INSTITUIÇÕES
FINANCEIRAS NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO
ANÁPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

A **CÂMARA MUNICIPAL DE ANÁPOLIS** aprovou, e eu **PREFEITO MUNICIPAL**, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. As Agências Bancárias e Instituições Financeiras localizadas no Município de Anápolis – GO deverão proporcionar às pessoas com deficiência, com dificuldades de locomoção, com necessidades especiais e pessoas acompanhadas por crianças em carrinho de bebê, condições adequadas de acessibilidade, quando estas forem impedidas de ingressar a esses estabelecimentos pela porta giratória.

§1º. Entende-se por pessoas com necessidades especiais: aquelas que utilizam aparelho marca-passo, aquelas acometidas por obesidade mórbida que impossibilite a passagem pela porta giratória, aquelas que por procedimento cirúrgico tenham no corpo metais (placas/parafusos) que impeçam a passagem pela porta giratória.

§2º. As pessoas acompanhadas por crianças em carrinho de bebê deverão passar normalmente pela porta giratória e somente o carrinho deverá passar pela porta lateral, após devidamente revistado e submetido ao aparelho detector de metais.

Art. 2º. Os estabelecimentos de que trata o *caput* deste artigo deverão manter seguranças na entrada devidamente preparados para atender as pessoas que necessitam acessibilidade pela porta lateral, podendo ser utilizado o detector de metais nos usuários além de revista do carrinho de bebê para manter a segurança no local.

Art. 3º. O não atendimento ao disposto na presente Lei implicará a imposição de multa diária no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), destinados ao Fundo Municipal do PROCON de Anápolis.

Art. 4º. Fica o PROCON Municipal de Anápolis responsável pela fiscalização do cumprimento desta Lei, sem prejuízo para a ação de outros órgãos de defesa do consumidor.

Art. 5º. O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Sala de Sessões, 24 de agosto de 2017.

Prof.^a Maria Geli Sanches
Vereadora – 2ª Secretária
Presidente da Comissão de Educação,
Cultura, Ciência e Tecnologia

JUSTIFICATIVA

A Lei Federal Nº. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que dispõe sobre normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade define o termo como possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

No âmbito do Município de Anápolis vigora a Lei Nº 3387, de 09 de setembro de 2009, suplementando a Legislação Federal.

Ocorre que nos dias atuais ainda se verifica barreiras não só físicas (arquitetônicas) mas também barreiras para utilização de serviços abertos ao público, de uso público ou privado, o que deve ser coibido.

Esclarece-se que no 23/08/2017 tivemos o caso de uma pessoa impedida de ingressar a determinada Instituição Financeira nesse Município, tendo em vista que estava acompanhada por uma criança no carrinho de bebê, tendo sido lhe negada a possibilidade revista do carrinho e entrada pela porta lateral.

Diante do exposto, apresentamos o presente Projeto de Lei para apreciação dos Nobres pares.

Município de Anápolis em 24 de agosto de 2017.

Prof.^a Maria Geli Sanches
Vereadora – 2^a Secretária
Presidente da Comissão de Educação,
Cultura, Ciência e Tecnologia